

Brasil vai lançar os bônus de saída

Divida Externa **CAZETA MERCANTIL**

por Cláudia Sfatle
de Brasília

O governo brasileiro já negociou com o comitê de bancos credores o lançamento do bônus de saída ("exit bonds"), um título novo que será emitido pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central, com prazo de resgate de 25 anos, 10 anos de carência e juros fixos de 6% ao ano.

Esse papel — cuja emissão máxima poderia ser de até US\$ 5 bilhões — será oferecido a todos os bancos credores e os que aceitarem, por não desejarem aumentar sua "exposure" no País, ficarão desobrigados de colocar dinheiro novo no Brasil, no bojo do acordo externo. Trata-se de um título que poderá ser negociado na conversão da dívida e como "hedge" para as empresas estrangeiras.

Essa informação foi fornecida pelo diretor da Divisão Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, a este jornal, ontem, em Brasília, após ter desembarcado, juntamente com o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, deixando suspensa a negociação em Nova

York, junto ao comitê de bancos, por prazo indeterminado.

Os bancos credores estão divididos em duas questões importantes para o Brasil, segundo disseram os dois negociadores que estiveram por três semanas em Nova York: a respeito da desvinculação dos desembolsos dos novos financiamentos (cerca de US\$ 5,2 bilhões) do cumprimento das metas acordadas junto a o Fundo Monetário Internacional (FMI); e sobre a aceitação da eliminação da cláusula que dá aos credores o direito de penhora ou arresto das reservas cambiais brasileiras, em caso de descumprimento do contrato, como, por exemplo, uma nova moratória.

O ponto mais controvertido é a vinculação do acordo dos bancos com o acordo junto ao FMI. O governo brasileiro, segundo Amaral, já fez uma contraproposta ao comitê, que representa um meio-termo entre a vinculação com suspensão automática dos desembolsos, caso o País descumpra alguma meta junto ao FMI, e a desvinculação total.

Ele não adiantou qual é a proposta que está na mesa de negociação, mas dis-

se que ela procura retirar o automatismo dessa vinculação.

Amaral e Seixas evitam usar a palavra "impasse", preferindo argumentar que o processo de negociação passa agora por "uma pausa" para que os bancos credores cheguem a um acordo entre si quanto às duas propostas brasileiras, que são inovadoras se confrontadas com os acordos feitos até agora com outros países devedores.

Amaral admite que os bancos até têm suas razões para exigir garantias sobre a "boa utilização e o repagamento" dos US\$ 5,2 bilhões que vão colocar no País entre este e o ano

(Continua na página 23)

Em reunião realizada ontem, em Brasília, o chefe da missão do FMI, Thomas Reichmann, iniciou a primeira rodada de discussões sobre a política monetária no País. O impacto da política monetária sobre o custo da dívida mobiliária, sobre o nível de atividade econômica e sobre a situação financeira das empresas foi um dos temas da reunião.

(Ver página 23)